

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 7940 | Salvador, de 19.06.2020 a 21.06.2020

Presidente em exercício Euclides Fagundes



CORONAVÍRUS

Crise leva milhões de crianças à pobreza

Página 2

Caixa expõe empregados

A Caixa tem descumprido o Protocolo de Intenções, que reúne medidas a serem adotadas pelo banco para prevenção da

contaminação pela Covid-19. É muito desrespeito com quem está se arriscando todos os dias. Sem contar a exposição. Página 3

MP 927 é mais um golpe no trabalhador

Página 4

Quem está em situação de vulnerabilidade social está mais exposto. Por conta da Covid, 86 milhões de crianças podem ser empurradas à pobreza

Pandemia joga mais crianças na pobreza

Projeção é da UNICEF. Ásia e África serão os mais afetados. É triste

ALAN BARBOSA
imprensa@bancariosbahia.org.br

OS RISCOS do coronavírus vão além da doença em si. Segundo a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e a ONG *Save The Children*, a pandemia colocará mais 86 milhões de crianças na pobreza até o fim deste ano.

Se o número for confirmado, em todo o mundo serão 672 milhões de crianças na linha da vulnerabilidade social, aumento de 15% na comparação com 2019.

De acordo com a pesquisa, a maioria das crianças afetadas, quase 2/3, vive no sul da Ásia



A estimativa é que 86 milhões de crianças sejam colocados na pobreza

e na África Subsaariana. O levantamento também registra crescimento da pobreza na Europa e Ásia Central.

A justificativa, segundo a Unicef, é de que muitas famílias perderam o sustento com a

crise de saúde mundial e, conseqüentemente, não conseguem mais manter a vida que tinham. As dificuldades financeiras colocam em risco os avanços obtidos por ONGs ao longo dos anos para reduzir a pobreza infantil.

Fenacrefi vai dar respostas sobre a pauta

A FENACREFI (Federação Interestadual das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento) vai responder a pauta de reivindicações da categoria depois da reunião entre as financeiras, marcada para terça-feira. O documento foi encaminhado pela Comissão de Organização dos Financiários, nesta semana. A data-base da categoria é 1º de junho.

Entre os pontos de reivindicação, a renovação da atual CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) por dois anos, concessão gratuita da vacina contra a gripe H1N1, além de incluir um período maior de assistência médica e hospitalar para os trabalhadores demitidos.

Eleição da Previ: Sindicato manifesta apoio à Chapa 1

O SINDICATO dos Bancários da Bahia apoia a *Chapa 1 – Previ para o Associado* nas eleições do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil. O pleito acontece de 13 a 27 de julho.

Serão renovados os mandatos da Diretoria de Seguridade e parte do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos conselhos consultivos do Plano 1 e do Previ Futuro.

Entre as propostas da Chapa 1 estão a defesa da Previ e do modelo de gestão, luta pelo fim do voto de minerva, melhoria e ampliação do relacionamento com o associado, revisão permanente do Empréstimo Simples, além de trabalhar para que a legislação autorize a utili-

zação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) para amortizar prestações do financiamento imobiliário.

Os integrantes também se comprometem a promover melhorias para o Plano 1 e Previ Futuro, inclusive controlar e reduzir os gastos administrativos. Além das questões específicas, a Chapa 1 reitera a defesa do Banco do Brasil, constantemente ameaçado de privatização e que tem sido desmontado pelo governo.

A *Chapa 1 – Previ para o Associado* tem como integrante o diretor do Departamento Jurídico do SBBA, Fábio Ledo, que concorre como suplente no Conselho Deliberativo.

Mortalidade da Covid é maior nos quilombos

A PANDEMIA causada pelo novo coronavírus escancarou o descaso do governo Bolsonaro com os mais vulneráveis, como a população preta rural. A taxa de mortalidade da Covid-19 entre os quilombolas é de 11,9%. O índice ultrapassa o dobro da média nacional, de 4,9%.

As comunidades tiveram 721 casos confirmados de coronavírus e 80 óbitos. O Pará é o estado com maior número de mortes. A lista tem ainda Bahia, Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco.

Os dados são do boletim epidemiológico do Observatório da Covid-19 nos Quilombos, organizado pela Conaq (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas) e pelo ISA (Instituto Socioambiental).

A falta de aparelhos públicos, insumos e até mesmo básicos e essenciais dificultam as ações para combater o avanço do coronavírus. Para se ter ideia, a maioria dos quilombos não tem nem o fornecimento de água.



Pandemia agrava as desigualdades

Caixa descumpre o protocolo

Medidas servem à proteção da saúde dos trabalhadores

RENATA LORENZO
imprensa@bancariosbahia.org.br

A CAIXA tem descumprido o protocolo de intenções, cujo o intuito de adotar boas práticas na prevenção ao coronavírus. A CEE (Comissão Executiva dos Empregados) cobra do banco o cumprimento de pontos essenciais como a atuação referente ao grupo de risco mais abrangente e o afastamento dos terceirizados em caso de

contaminação no local de trabalho.

Pelo documento assinado em conjunto pelo movimento sindical, MPT (Ministério Público do Trabalho), MPF (Ministério Público Federal), a Caixa tem de adotar o protocolo de afastamento imediato quando houver casos confirmados ou suspeitos de Covid-19 na unidade, com adoção de quarentena. Mas, o banco também tem descumprido.

A CEE reivindica a necessidade de revisão do novo protocolo da instituição que estabelece que só serão afastados os trabalhadores que tiveram contato físico direto a um 1,5 metro do infectado, desconsiderando que o vírus se aloja nas superfícies.

O movimento sindical cobra a adoção de medidas efetivas para a proteção dos empregados e terceirizados das agências, tanto para as atividades internas como externas. Afastamento ou colocação em trabalho remoto de todos, sem distinção, sem prejuízos de vencimentos, que estejam entre o denominado grupo de risco.

Outra necessidade é o afastamento imediato de empregados ou recomendação de afastamento de terceirizados que testem positivo ou apresentem indícios de contaminação, conforme protocolos médicos, e higienização imediata da respectiva agência. Tudo sem prejudicar o recebimento do salário.



Intensa mobilização contra a venda das empresas públicas

O PATRIMÔNIO nacional continua ameaçado pelo governo Bolsonaro. Para defendê-lo, a campanha *Parem de vender o Brasil* segue a todo vapor alertando trabalhadores e sociedade para os prejuízos que a privatização das estatais podem trazer ao país. O movimento sindical está mobilizado no enfrentamento contra os ataques a todas as empresas públicas, principalmente os bancos.

A equipe econômica do governo deixa claro sempre que pode a intenção de vender tudo. Os discursos do ministro Paulo Guedes, dos presidentes do Banco do Brasil e da Caixa, Rubem

Novaes e Pedro Guimarães, respectivamente, endossam.

Por isso, uma das principais iniciativas da campanha é o apoio ao Projeto de Lei 2715, que suspende as privatizações até 2022. O PL tem o intuito de impedir o avanço do entreguismo do governo Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19, propondo a suspensão das privatizações até um ano após o fim do estado de calamidade pública.

Além de prejudicar a população, pois as estatais exercem papel essencial no desenvolvimento do país, a venda pode ocasionar a desvalorização das empresas diante da pandemia.

Mercantil demite 60 bancários

MAIS um banco descumpre o acordo de não demitir em meio à pandemia de Covid-19. O Mercantil do Brasil dispensou 60 bancários em todo o país, com a justificativa de ser um processo de reestruturação, que não foi discutido com o movimento sindical em nenhum momento.

O banco disse ainda que os funcionários demitidos não teriam função compatível com o salário que recebiam. Durante a mesa de negociação, por videoconferência, na quarta-feira, o Mercantil encerrou as discussões sem assumir o compromisso de suspender as demissões nem de cumprir o acordo, que previa a manuten-

ção dos empregos no período que durar a crise sanitária.

Os representantes dos empregados querem transparência sobre os números da reestruturação, se ainda haverá mais desligamentos ou não. Em uma mesa de negociação, o banco precisa se comprometer para avançar nas reivindicações do movimento sindical.

Os trabalhadores conquistaram o compromisso da empresa para a construção de um acordo para os funcionários que estão em teletrabalho, mas sem função. Também reivindicaram o fim da cobrança de metas e o cumprimento da jornada reduzida.



Mercantil descumpre acordo de não demitir enquanto durar a pandemia

MP 927 é mais uma bomba

Medida segue para o Senado. Mobilização deve ser ampliada

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

ATACAR os direitos dos trabalhadores para beneficiar o empresariado é uma obsessão do governo Bolsonaro. A aprovação do texto base da Medida Provisória 927 na Câmara Federal, na quarta-feira, comprova. A proposta permite a suspensão do cumprimento dos acordos trabalhistas firmados em situação de normalidade sanitária. Ou seja, antes da pandemia do novo coronavírus.

A MP flexibiliza os direitos dos trabalhadores e os impactos



são sentidos pelos mais vulneráveis. O texto, que segue para

o Senado, dá carta branca para a redução de salários, antecipa-

ção de férias e de feriados, além do adiamento do recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) dos meses de março, abril e maio para o segundo semestre.

A MP 927 ainda autoriza que acordos individuais entre patrões e empregados para preservação de contratos de trabalho se sobreponham a acordos coletivos. Também estabelece regras de teletrabalho.

O que era ruim, ficou ainda pior. A base governista ainda aprovou um destaque estabelecendo que quando houver paralisação total ou parcial das atividades por determinação do poder público, a empresa pode suspender o cumprimento dos acordos trabalhistas. Só prejuízos para o trabalhador.



O desemprego, que já estava preocupante, se agrava com a pandemia

Impactos da pandemia de Covid no mercado de trabalho do país

SOMENTE em maio, o país tinha 169,9 milhões de pessoas com idade para trabalhar. Mas, apenas 49,7% estavam ocupadas. O que representa 84,4 milhões de pessoas. Os dados são do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que lançou a Pnad Covid-19, para acompanhar os efeitos da pandemia no mercado de trabalho.

Na última semana de maio,

quase 18 milhões de pessoas não conseguiram procurar emprego, devido à pandemia ou por falta de vagas na região. Outros 11 milhões tentaram, mas não encontraram.

Sobre as pessoas ocupadas no país, a pesquisa aponta que quase 15 milhões estavam afastadas, em quarentena ou férias coletivas, e 8,8 milhões trabalharam de forma remota.



SAQUE

Rogaciano Medeiros

SEM SAÍDA A prisão de Queiroz, ex-assessor de Flávio, em Atibaia (SP), na casa do advogado do senador, mostra que as elites estão deixando Bolsonaro entregue à própria sorte. Ou azar. O cerco se fecha contra o esquemão bolsonarista. O inquérito das fake news está chegando perto de Carlos. A situação se complica a cada dia. Por isso o desespero do presidente.

QUE PERIGO! A democracia caminha no fio da navalha. A notícia de que os policiais militares em todos os estados e de todas as patentes não estão nem aí para os governadores, apóiam e cumprem qualquer ordem de Bolsonaro e que o gabinete do ódio mantém ligação direta com lideranças da PM dimensiona o caos institucional e o perigo que vive o Brasil.

UMA LOUCURA A tendência é agravar a tragédia. A decisão de muitos estados e municípios de acabar com o isolamento social - flexibilização é termo para esconder a verdade - apesar de o país se aproximar de 1 milhão de doentes, com mais de 47 mil mortes, é uma estupidez provocada pela pressão do mercado que vai custar muito caro ao Brasil e aos brasileiros. Irresponsabilidade.

NA PASSIVIDADE Falta atitude. O CFM (Conselho Federal de Medicina) e a AMB (Associação Médica Brasileira) podiam ter uma ação mais contundente e unificada diante do fato de o Ministério da Saúde estar sob o comando de um general, o desprezo do governo com a pandemia e o fim da quarentena. São quase 1 milhão de contaminados e mais de 47 mil mortes. Precisam agir.

CRISTO SALVA O Ministério Público no Paraná tem o dever de tomar uma atitude em relação ao crime de racismo praticado pelo pastor Rodrigo dos Santos, da Igreja Batista do Calvário, e a pastora Jéssica Maciel. Em vídeo, ele chama os pretos de "pessoal encardido" e ela de "queimados de sol". O MP pode ensiná-los a verdadeira palavra de Cristo. De preferência, na cadeia.